

OS FATORES DETERMINANTES DO PRIMEIRO SURTO
DE INVESTIMENTOS EM INDÚSTRIA TÊXTIL NO CEARÁ
(1881 - 1895)*

*Carlos Negreiros Viana***

Resumo: Objetiva, principalmente, identificar os fatores determinantes do primeiro surto de investimentos em indústria têxtil algodoeira no Ceará, ocorrido de 1881 a 1895. As conclusões reveladas a esse respeito são as seguintes: o surto de exportação de algodão das décadas de 1860 e 1870, os elevados gastos públicos durante a seca de 1877-79 e a intensificação do tráfico negreiro do Ceará com as províncias do Sul, principalmente nos anos desta seca, constituem-se os fatores determinantes a nível regional. Já o Encilhamento e a legislação de 1890, relativa às sociedades anônimas, foram identificados como os fatores determinantes a nível nacional.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretende-se, como objetivo principal, identificar os fatores que determinaram o primeiro surto de investimentos em indústria têxtil no Ceará, ocorrido no período 1881 - 1895.

* Este artigo constitui parte do primeiro capítulo da tese de mestrado do autor, intitulada "A Indústria Têxtil de Algodão do Ceará (1881 - 1973): uma experiência de industrialização fora do Centro-Sul", apresentada no Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília.

** Mestre pela Universidade de Brasília.

Como tal surto coincidiu com um dos mais longos períodos de expansão de investimentos na indústria de transformação brasileira (1880 - 1895), sobretudo no seu setor têxtil algodoeiro, de imediato já se pôde deduzir que o mesmo foi condicionado por fatores que se fizeram sentir em âmbito nacional e que são fartamente tratados na literatura sobre a industrialização no Brasil.

No entanto, uma compreensão apenas destes fatores, que chamaríamos de “gerais”, mostrava-se insuficiente para se entender por que tais investimentos foram realizados no Ceará exatamente no referido período, o que exigia a realização de um estudo da economia cearense durante a segunda metade do século XIX, com a finalidade de identificar os fatores que se fizeram sentir especificamente no Ceará.

Essa tentativa de melhor compreender o desempenho da economia cearense, no período citado, veio a revelar que a mesma — embora experimentando um processo de expansão de sua agricultura e de intensificação de seus fluxos de comércio exterior a partir de meados do século passado, à semelhança do que ocorreu em outras regiões brasileiras, — passou por uma acelerada dinamização durante as décadas de 1860 e 1870, com a ocorrência de um surto de exportação de algodão (1864 - 1875), de elevados gastos públicos com as conseqüências da seca de 1877-79 e de um aumento da exportação de escravos para outras províncias, principalmente no referenciado período de estiagem.

A expansão econômica, decorrente desses três fatos, foi tão intensa que, além de estimular diretamente a fundação da primeira fábrica cearense de tecidos em 1881, ainda contribuiu, através de seus desdobramentos para a realização dos investimentos em novas fábricas têxteis, o que ocorreu entre 1888 e 1895. Após cessarem os efeitos diretos do “boom” algodoeiro, dos gastos públicos com a seca de 1877-79 e da expansão do tráfico negreiro, a atividade econômica no Ceará desenvolveu-se mais dinamicamente do que vinha desenvolvendo-se antes de tais ocorrências.

Dos fatores que se fizeram sentir em âmbito nacional, contribuíram fundamentalmente para esse surto de investimentos no Ceará, o Encilhamento e a legislação mais liberal relativa às sociedades anônimas de 1890, de cinco fábricas (quatro de tecidos e uma de meias) que entraram em

atividade durante tal surto, três tiveram suas firmas proprietárias constituídas depois de 1890, apresentando-se duas delas sob forma de sociedade anônima.

Antes do detalhamento de tudo isto, é válido dizer que este artigo está assim organizado: a primeira seção trata dos fatores determinantes que se fizeram sentir especificamente no Ceará. A segunda seção apresenta um sumário da conjuntura econômica brasileira de 1880 a 1895, em que se dá ênfase ao Encilhamento e à legislação de 1890, relativa às sociedades anônimas, fatores considerados determinantes deste surto, a nível nacional. Em seguida, examina-se o comportamento da indústria têxtil algodoeira brasileira em igual período. Na quarta seção, trata-se do primeiro surto de fundações de fábricas de tecidos de algodão no Ceará e na seção final são enumeradas algumas conclusões reveladas por este estudo.

2. OS FATORES DETERMINANTES A NÍVEL REGIONAL

2.1. O SURTO ALGODOEIRO DAS DÉCADAS DE 1860 E 1870 NO BRASIL E NO CEARÁ

Na segunda metade do século XIX a indústria têxtil algodoeira inglesa já se podia considerar madura. Para chegar a esse estágio, enfrentou vários períodos de ascensão e crises*, num dinamismo típico da época de sua industrialização, que já conseguia integrar e distinguir diversos ramos da produção.

A máquina já estava presente, quer no descaroçamento do algodão (as "cotton - gin"), quer na fiação (as "mule-jenny"), quer na tecelagem (as weaving machine"), impondo seu ritmo de trabalho aos operários. Faltava-lhe, no entanto, penetrar na produção mesma do algodão, garantir a alta produtividade, o baixo custo e a qualidade desse insumo.

Para tentar cumprir esse papel — a defesa dos interesses da indústria têxtil britânica, na área de fornecimento de matérias-primas — criou-

* Para uma visão mais aprofundada do comportamento da indústria têxtil algodoeira inglesa em meados do século XIX, ver MARX, 1971, 23:139-53).

se, em 1857, a Manchester Cotton Supply Association. E é aí que se pode localizar a mais forte articulação explícita do primeiro surto exportador relevante da cotonicultura brasileira — sobretudo da paulista — com o capital estrangeiro (CANABRAVA, 1951).⁽⁸⁾

A Manchester Association voltou-se, de início, principalmente, para o algodão da Índia. Depois, premida pelos cortes de fornecimento durante a Guerra de Secessão Americana, tenta a produção no Egito e incentiva a do Brasil. A preocupação com as fontes de matéria-prima, aliás, permanece mesmo depois do fim dessa guerra e é resolvida pela reorganização das lavouras norte-americanas apenas até o final do século XIX, pois o crescimento dos parques têxteis da Alemanha e da Itália ensejaram uma forte disputa pelo algodão, que acabou por centrar-se nas colônias da região Nordeste da África, propícia ao desenvolvimento da cotonicultura (Zischka, 1976).

Ao iniciar-se a década de 1860, no entanto, essas lutas futuras não se delineavam com clareza e a superioridade britânica no setor têxtil era incontestável. Foi nesse momento que a Inglaterra passou a estimular a produção de algodão na Província de São Paulo, sobretudo através da introdução da variedade herbácea, e da construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí para barateamento do seu transporte.*

O algodão herbáceo, de ciclo anual, permite produtividade por unidade de área muito maior e retorno do capital aplicado em períodos curtos, de oito a dez meses. Facilita a mobilidade dos plantadores e exige técnicas de beneficiamento muito mais eficientes que aquelas utilizadas para o algodão arbóreo. Além disso havia ainda a vantagem de que para ele estavam preparados os fusos automáticos na Inglaterra (Albuquerque, 1982).

Saindo do Ceará, diretamente para a Inglaterra, as primeiras exportações de algodão datam de 1809**, apresentando sensível intensificação

* Essa estrada foi organizada por uma companhia fundada em 1856, em Londres, com capital inglês sob iniciativa do Barão de Mauá. No entanto, sua conclusão só se deu em 1867, em pleno "boom" algodoeiro. ALBUQUERQUE, 1982 ⁽¹⁾.

** No Ceará, onde o cultivo do algodão para fins mercantis começa a se dar por volta de 1777, somente depois da abertura dos portos, em 1808, é que o mesmo passa a ser exportado diretamente para a Inglaterra, já que antes, seguia primeiramente para Lisboa. GIRÃO, 1971 (14:117-18).

no período de 1864 a 1875. Apesar de a intervenção inglesa não ser tão direta como no caso paulista, estreitaram-se e aprofundaram-se as relações comerciais com a Inglaterra através do estabelecimento de linhas diretas de navegação entre Fortaleza e Liverpool, a partir de 1866. O vulto da exportação algodoeira impôs também a necessidade de novos agentes estrangeiros em Fortaleza para dar vazão ao crescente acúmulo de matérias exportáveis. Daí o estabelecimento não só de casas comerciais como francesas.*

Os preços mais que remuneradores de 1864 a 1872 promoveram um desenvolvimento ascendente da cultura cearense do algodão, cujas exportações passaram, sucessivamente, de 888.290 kg em pluma em 1863-64 para 5.219.147 kg em 1869-70, até atingirem o auge de 8.324.258 kg em 1871-72, quando passaram a declinar, como se pode observar pelo QUADRO 1.

É possível avaliar o quanto foi expressiva no período 1864-1876, a participação das exportações cearenses no total das exportações brasileiras de algodão em pluma, observando-se o QUADRO 2.

Ao contrário das exportações paulistas, que partindo de uma participação no total nacional praticamente nula de 1862 a 1864, chegaram a 11% já em 1865 e atingiram pela primeira vez, no período considerado, mais de 20% em 1867, as exportações cearenses, que já eram relativamente significativas desde 1862, mesmo ganhando maior peso a partir de 1867, só atingiram sua participação máxima, neste período, a partir de 1879 — por volta de 20% neste ano e no ano sucessivo também.

A razão de tal retardamento pode ser explicada pelas condições sociais da produção cearense e nordestina**, com a resistência maior do

* Segundo GIRÃO, 1947 (13:314): "Afirma-se, com acerto, que este ano de 66, marca a data de autonomia comercial cearense e o começo da influência de comerciantes ingleses na praça de Fortaleza, em que até então, preponderavam os portugueses". Ainda durante o surto algodoeiro, em 1869, se estabeleceriam, no Ceará, os judeus franceses Boris, que seriam no futuro, os maiores exportadores dos "elementos da terra", sobretudo de algodão.

** Para informações sobre o surto algodoeiro da década de 1860-70 em Pernambuco, consultar SINGER, 1974 (29).

complexo gado-algodão* e, também, pelas suas características técnicas, pois o algodão dessa região no século passado (e até a metade deste) era fundamentalmente arbóreo**. Portanto, uma cultura permanente que não podia ser ativada nem desativada com a rapidez do herbáceo. Daí poder-se concluir por que São Paulo teve ascensão brusca e cessação rápida de participação nas exportações brasileiras, num tempo de resposta muito curto aos “mecanismos de mercado”.

A “decadência econômica” do algodão cearense pode ser compreendida a partir de dois aspectos: primeiro, o internacional, válido para a produção brasileira como um todo, à semelhança do ocorrido meio século antes; e, segundo, terrível seca de 1877-79, que se abateu sobre o Ceará, desarticulando sua produção.

Uma vez mais, sanados os problemas da produção americana, desarticulada durante o conflito Norte-Sul de 1860 a 1875, os Estados Unidos voltam a inundar o mercado inglês, conforme pode-se ver pelo QUADRO 3.

O Brasil, que chegou a exportar mais que o triplo dos Estados Unidos durante a Guerra de Secessão, viu a situação inverter-se no quadriênio seguinte e, mesmo aumentando muito a sua produção, mal alcançou um quinto das exportações americanas. Por volta de 1870, o algodão americano era senhor do consumo inglês e o brasileiro encontrou saída, por alguns anos, em outros mercados europeus. Essa alternativa pode ser observada, segundo ALBUQUERQUE, 1982 (1:43)***, ao se comparar a destinação do algodão saída de Santos para Liverpool (Inglaterra) e Havre (França).

* O algodão arbóreo é cultivado no Nordeste, num sistema integrado pecuária-cotonicultura, que torna o seu cultivo muito menos dependente das oscilações do preço internacional, segundo ALBUQUERQUE, 1982 (1:81).

** Em 1852, foi remetida para o Ceará uma lata de caroços de algodão herbáceo cultivado perto do Rio de Janeiro. Tais sementes foram distribuídas aos agricultores do interior e assim se deu a introdução desta variedade na Província, BRISOLLA, 1977 (7:13). No entanto, essa introdução não representou algo muito significativo, pois continuou a predominar o arbóreo.

*** Este autor efetua os cálculos seguintes a partir de dados apresentados por CANABRAVA, 1951 (8:7).

Tomando-se três diferentes períodos, encontra-se a seguinte evolução:

- a) em 1867-68 a relação é de 94% para Liverpool, e 6% para o porto de Havre;
- b) em 1868-69 têm-se respectivamente 73% e 27%;
- c) em 1869-70 a relação já se inverteu para 47% e 53%.

Já havia prenúncio de concorrência entre os diferentes parques têxteis do Velho Mundo pela matéria-prima. Apenas “prenúncio”, porque, logo depois, as exportações norte-americanas inundariam todos os países indistintamente e, apenas na virada do século, as respectivas indústrias nacionais sentiriam necessidade de garantir a exclusividade quase colonial dois países potencialmente produtores de algodão (ZINCHKA, 1976)⁽⁷⁵⁾.

No Ceará, especificamente, outro fator veio juntar-se a esse para causar o encerramento desse “boom” exportador: a seca de 1877-79, que será tratada com detalhes adiante. No entanto, logo após tal seca, já a partir do quinquênio 1880-1885, os volumes das exportações voltaram a ser superiores aos dos períodos anteriores a 1865-70. Apresentavam, porém, preços médios por kg até 1905-09, sempre menores que os dos lustros que começam em 1860 e findam em 1870. (QUADRO 1).

A partir do final do surto algodoeiro das décadas de 1860 e 1870, a produção cearense, originalmente destinada ao mercado externo, após perder ali sua posição, passou a se destinar primordialmente ao mercado nacional, fato que vem corroborar a afirmação de Stein (1978:p. 61): “No fim dos anos oitenta (do século XIX), as tecelagens do Centro-Sul do Brasil estavam-se tornando a base principal dos cotonicultores do Norte, embora a compensação desses últimos tenha permanecido baixa enquanto as tecelagens do Sul aumentavam o consumo do algodão nacional de mais de 300% entre 1872 e 1893 (de 17.319.000 para 60.000.000 de libras), a produção algodoeira cresceu somente 61% (de 74.686.700 para 122.119.538 de libras). Pode-se concluir que exerceu maior influência sobre o cultivo do algodão a incapacidade de produzir em condições competitivas para o mercado externo do que a expansão do mercado interno”.

No Ceará, a expansão das rendas decorrentes do crescimento das exportações em geral, e, sobretudo, das de algodão, que já vinha ocorrendo desde o meado do século, foi intensificada na primeira metade da década de 1860 e atingiu o auge, na história econômica da Província até então, nos dez anos seguintes (1865-1875), que correspondem ao apogeu do surto algodoeiro cearense.*

A expansão do capital mercantil foi tão significativa a partir da primeira metade dos anos 1860, que se tornou possível a construção da estrada de ferro de Baturité, fruto de uma sociedade anônima organizada pelo Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, Dr. Gonçalo Batista Vieira (Barão de Aquirás), engenheiro José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, o comerciante inglês Henry Brockhurst e Joaquim da Cunha Freire (Barão de Ibiapaba) (Girão, 1982).

Tal ferrovia, apesar de as obras de assentamento dos seus primeiros trilhos terem ocorrido durante o surto algodoeiro, tinha como objetivo principal realizar o escoamento da produção de café da serra de Baturité pelo porto de Fortaleza. Seu primeiro trecho (Fortaleza - Parangaba) foi inaugurado em 29/11/1873, só chegando a Baturité em 1882.

Fortaleza, por conta dessa maior dinamização da economia cearense, diferenciou-se, aos poucos, dos demais núcleos urbanos pelo adensamento de sua população. De 5.000 habitantes em 1845, passou para 16.000 em 1863, 21.372 em 1872 e atingiu os 25.000 em 1877. Além disso registre-se a expansão verificada nas edificações privadas e públicas da capital. Prédios como o da Santa Casa de Misericórdia (1861), Cadeia Pública (1866), Assembléia Legislativa (1871), Asilo de Mendicidade (1877), foram construídos nesta fase. Fortaleza passou a ser dotada, também, de melhor infra-estrutura urbana através do calçamento de ruas, abastecimento de água pela Water Works Co. Ltd. (1862) — que explorou o serviço até a seca de 1877-79, quando, por falta d'água, viu-se obrigada a sustá-lo — e pela instalação de iluminação a hidrogênio carbonado (1867) sob a responsabilidade da Ceará Gás Co. Ltd., companhia inglesa incorporada em Londres em 1866 (GIRÃO, 1982)⁽¹⁵⁾ e (LEMENHE, 1983)⁽²¹⁾.

* Por necessidade de síntese, não se reproduziu aqui a seção da tese do autor que trata mais detalhadamente do crescimento da agricultura e do comércio externo cearense a partir de 1850 e que se baseou em LEMENHE, 1983 (21). Quem desejar um aprofundamento a esse respeito consultar, portanto, tal autora.

2.2. GASTOS PÚBLICOS DURANTE A SECA DE 1877-79

Coincidindo com a queda de cotação internacional do algodão, a seca de 1877-79 veio desorganizar a economia cearense e encerrar o "boom" algodoeiro.

Essa calamidade sobreveio após um período excepcionalmente longo de invernos regulares, datando a última seca anterior (1845) de 32 anos antes. Nesse intervalo, a população e a atividade econômica cresceram tão rapidamente, que, de acordo com um observador contemporâneo, só encontravam paralelo na província de São Paulo.*

Apesar dos seus resultados trágicos — o Ceará perdeu um terço de sua população, pela emigração e pela morte** e viu seus rebanhos e agricultura aniquilados*** — esta seca representou um fator de estímulo ao desenvolvimento das relações capitalistas na Província, dado que marca a primeira atitude intervencionista do Estado brasileiro na economia nordestina (HIRSCHMAN, 1965)(19:33-4).

Nessa primeira etapa, em termos históricos, a intervenção caracterizou-se por seu enfoque "humanitário e de reconhecimento" da realidade e teve início quando, em dezembro de 1877, o Governo do Império constituiu a Comissão Imperial de Inquérito que reconheceu a necessidade de construção de açudes e estradas, através de dispêndios públicos (Hirschman, *ibidem*).

* O observador contemporâneo a quem se fez a referência é THEÓPHILO, 1922 (32:10).

** Desde a seca de 1844-45, que uma corrente emigratória para a Amazônia já se esboçara. No entanto, só com a seca de 1877-79, coincidentemente com o início do "boom" da borracha, é que as emigrações para lá se intensificaram. Até o final dessa seca, haviam deixado o Ceará 54.875 pessoas. Já no que diz respeito ao número de mortes decorrentes de tal calamidade deve-se lembrar que aliada à mesma veio um surto de varíola, que juntando-se à fome, mataram, só em 1878, 57.780 pessoas em Fortaleza e 119.999 em toda a Província. GIRÃO, 1971 (14:247-8).

*** Com a seca, a agricultura cearense desapareceu completamente e a riqueza pastoril da Província, antes da seca estimada em 24.000 contos de réis, não valia mais de 200 contos do seu final. GIRÃO, 1971 (14:279).

A partir de então, a construção de açudes e estradas recebeu forte estímulo durante cada seca. Não só em virtude do desejo de minorar o impacto dos desastres futuros, mas simplesmente porque, com a perda de colheitas e rebanhos, grandes massas de mão-de-obra tornam-se disponíveis para outras atividades que não as agropastoris.

Assim, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, a seca não constitui uma força inteiramente negativa, já que faz uma parte considerável da população trocar de atividade, bem como modifica a produção de gêneros de consumo e de subsistência, para a formação de capital, enquanto as exigências do próprio consumo são mais ou menos asseguradas por meio de socorros enviados de outros pontos do País.

Como nenhuma obra de açudagem de grande vulto teve sua construção iniciada ainda durante a referida seca — vez que a do Açude do Cedro só começaria em 1884 — foram improvisadas obras públicas para o aproveitamento dos braços ociosos e, dessa forma, se construiriam 73 açudes pequenos, 64 igrejas, 50 cemitérios, 48 cadeias, 19 pontes, 14 mercados, sete quartéis, três asilos, calçamentos, rodagens e aterros (GI-RÃO, 1971)(14:248). No entanto, as medidas de maior impacto para dinamizar a economia cearense, no período, sobretudo no que diz respeito à utilização dessa mão-de-obra, seriam decretadas, em 1878, pelo Gabinete Sinimbu* determinando a construção da estrada de ferro Sobral-Camocim, concluída em 1882 e a transferência à União da estrada de ferro de Baturité, que deveria ser prolongada além da Pacatuba.

As liberações de recursos do Governo Imperial para socorrer as províncias flageladas com a seca de 1877-79, dentro da legislação das despesas gerais do orçamento do Império, para os exercícios de 1877, 1878 e 1879, não ficaram circunscritas somente à liberação de créditos extraordinários, tendo sido necessário abrirem-se créditos em caráter de urgência (FROTA, 1985)(12:170). As despesas gerais de Governo Imperial, com tal seca, encerraram-se em 1880 e somente no Ceará, para onde foi

* O Visconde de Sinimbu presidia o Gabinete, quando do Decreto nº 6.918, de 1º/06/1878, que determinou a construção da E. F. de Sobral, e do Decreto nº 6.919, de igual data, que transferiu à União a E. F. de Baturité. FROTA, 1985 (12:169).

dirigida a maior parte dos recursos, elevaram-se a 30.941:251\$982* conforme o QUADRO 4.

Para que se tenha uma idéia da magnitude relativa dessas despesas, deve-se destacar que as exportações gerais do Ceará, de 1877 a 1879, foram de 11.836:792\$000 e que as exportações de algodão no período 1864-1875 (auge do "boom" algodoeiro) foram de 32.511:431\$000 (QUADRO 1). No entanto, melhor comparativo pode ser feito com as receitas e despesas gerais (Governo Imperial e Governo Provincial) na Província, no período de 1876-1880, bem como com as receitas e despesas provinciais apenas: no primeiro caso, o somatório das receitas chegou aos 7.577:733\$900 e o das despesas aos 41.518:790\$500; no segundo, as receitas e despesas tiveram o somatório no período, respectivamente, de 4.163:534\$102 e 3.954:173\$979**.

Ressalvas poderiam ser feitas com relação ao impacto dessas despesas na dinamização da economia cearense, argumentando-se a probabilidade de que parcela significativa das mesmas não se realizou no próprio Ceará***, e sim despendida na aquisição de gêneros, alimentícios ou não, em outras províncias e em seu transporte até o Ceará, bem como no financiamento da emigração de flagelados para a Amazônia, sobretudo, e sul do País. No entanto, acreditamos que tais gastos públicos muito contribuíram para a dinamização da economia da Província**** durante a

* As despesas oficiais de salvação, entre abril de 1877 e novembro de 1879, orçaram em 27.662 contos de réis; já os totais montaram a 39.693 contos. THEÓPHILO, 1922 (32:464). Portanto, números bem maiores que estes. Este autor afirmaria sem maiores detalhes, no entanto^(33:18), que durante a seca de 1877-79, "o Governo do Império havia gasto 60 e tantos mil contos com a assistência pública".

** Para uma visão das receitas e despesas gerais e provinciais no Ceará, de vários anos, consultar BRASIL, 1926 (5, v.2:604-7).

*** A única fonte encontrada onde as despesas com a seca de 1877-79 são discriminadas, foi a primeira obra de THEÓPHILO citada na nota 14. No entanto, a partir do tipo de discriminação apresentada pelo autor, não é possível se saber quanto do total dessas despesas foi despendido realmente no Ceará. Pela necessidade de síntese, tal contabilização não será reproduzida neste trabalho.

**** Como a legislação do Império restringia profundamente o crescimento das rendas provinciais, já que eram apropriadas pelos cofres gerais os impostos cobrados sobre transações externas, segundo LEMENHE, 1983(21:72), pode-se supor a partir disso, que mesmo nos momentos de grande expansão das exportações, como foram os anos de 1864 a 1875, as rendas provinciais (receitas do Governo da Província e rendas de particulares), apesar de crescerem relativamente a outros períodos, não cresceram na mesma proporção das receitas de exportação geradas naquele período, sen-

própria seca e, principalmente, no futuro, pois as obras públicas realizadas ou iniciadas nesse período, especialmente as das ferrovias, além do emprego imediato de grandes contingentes de mão-de-obra ociosa, em alguns casos até com remuneração^(12:156) dotariam a Província de uma melhor infra-estrutura de transporte, que possibilitaria mais ampla expansão da economia e do capital mercantil, posteriormente. Junte-se a isto o fato de que muitas foram as fortunas pessoais, sobretudo de comerciantes, que surgiram por conta das irregularidades e dos desvios de verbas e de mercadorias praticadas pelas comissões de socorros públicos*.

Fortaleza ganhou grande impulso com tal seca, pois muitos capitalistas e negociantes foragidos do interior vieram estabelecer-se na capital “onde se lhes ofereciam maiores facilidades e segurança comerciais” (Brasil, 1926, vol. II:p. 443). Além disso a emigração, para Fortaleza, de proprietários rurais abastados e de seus descendentes, fato que se verifica com mais intensidade em períodos como estes (MONTENEGRO, 1953)⁽²⁵⁾ e (GIRÃO, 1975)⁽¹⁶⁾, ocasionou a expansão do consumo, fortalecendo o comércio. (LEMENHE, 1985)^(21:139).

do que o mesmo, no entanto, não deixou de significar o momento de maior expansão da economia e, em decorrência, da acumulação mercantil no Ceará, até então. Uma analogia pode ser feita, a partir do que foi colocado para o caso das despesas públicas, que se não foram integralmente realizadas no Ceará, sua parcela despendida na Província deve ter tido impacto profundamente dinamizador da economia, sobretudo, no que diz respeito à ampliação da circulação monetária.

- * Tais comissões de socorros públicos foram acusadas de desvios de verbas e mercadorias, com denúncias feitas através da imprensa e no senado, onde o Senador pelo Ceará, Domingos Jaguaribe, referia-se aos “ladroes de casaca e luvas de pelica e às fortunas acumuladas da noite para o dia, a custa do pão do retirante”. Em outro momento, o senador faz a seguinte denúncia: “quanto aos poderosos da terra, não na sua totalidade, é claro, a depravação não chegou a este ponto, alimentam em seu benefício tal estado de coisas, porque é na manutenção de tais abusos e escândalos que estava o aumento de sua riqueza; é justamente na venda desses comestíveis (farinha derrancada e carne-seca podre), no fornecimento e distribuição dos gêneros, no seu recebimento, na falsificação de peso e da medida, na condição para os aldeamentos que consistia a prevaricação, isto é, as fontes de lucros, que teriam de desaparecer, quando fosse respeitado o aviso de 26 de maio”. Para a apuração de tais denúncias foi enviado ao Ceará um funcionário da Alfândega da Corte, Fábio Alexandrino dos Reis Quadros, segundo FROTA, 1985 (12:151-52). Para ver mais detalhadamente as irregularidades das comissões de socorros públicos durante a seca de 1877-79 no Ceará, consultar FROTA, 1985 (12:151-63).

2.3. O TRÁFICO NEGREIRO COMO FATOR DE DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA CEARENSE*

Os escravos, que se constituíam o fundamento das lavouras de cana no litoral do Nordeste Oriental e nas lavouras de algodão do Maranhão, nunca foram importantes na economia cearense. Os fazendeiros do Ceará não dispunham de capital suficiente para a compra e a manutenção de escravos, especialmente após o seu encarecimento com a proibição do tráfico negreiro (Brasil-África) em 1850. Some-se a isto, o fato de os trabalhos na lavoura algodoeira não necessitarem de mão-de-obra durante o ano todo, variando entre 120 e 150 dias, a média anual de trabalho efetivo nas lavouras, restringindo-se a esse período a possibilidade de utilização da mão-de-obra escrava produtivamente.

Para se ter uma dimensão da evolução do número de escravos no total da população do Ceará, é bom lembrar que em 1819, os homens livres somavam 145.731 e os escravos 55.430, portanto, 27,4% do total. Em 1867, o censo dava os seguintes números: 530.000 livres e 30.000 escravos, ou seja, 5,4%. O censo de 1872 revelou a existência, na Província, de uma população livre de 689.773 habitantes contra 31.913 escravos, correspondendo a apenas 4,4% do total**.

A instabilidade dos rendimentos proporcionados pela cultura do algodão, devido às oscilações do preço da fibra no mercado internacional e à baixa produtividade das lavouras em decorrência das variações climáticas, resultava num baixo nível de acumulação a longo prazo nessa atividade. Todos esses fatores tornavam a parceria à relação de trabalho mais adequada. Dividindo os custos e os riscos da produção com o parceiro, e deixando que este se encarregasse de sua própria subsistência, pelo plantio em consórcio de milho e feijão e das roças de mandioca, o proprietário das terras reduzia consideravelmente os custos de mão-de-obra, restringindo-os às diárias pagas no plantio e à colheita dos roçados que administrava diretamente. Estes roçados eram mantidos além dos terrenos cedidos em parceria para a utilização de mão-de-obra ociosa de parceiros e moradores.

* A breve análise das relações de trabalho no Ceará, aqui apresentada, toma como base BRISOLLA, 1977(7). Salvo em contrário será ressaltado.

** Segundo BRISOLLA, 1977 (21:15), os autores, que tratam deste assunto, supõem haver um certo exagero na cifra de escravos de 1819, pois a morte de cativos ou a venda para o Sul do País, bem como a difícil renovação dos estoques pela compra a partir de 1850, devido à proibição do tráfico, não seriam suficientes para explicar tão drástica redução em 48 anos.

Mesmo durante a impressionante expansão da cotonicultura, nos anos de 1864 e 1875, não se intensificou a exploração do trabalho escravo no Ceará. O fazendeiro cearense preferia pagar a seus moradores diárias de 1\$288* a empregar seus poucos escravos nas roças, continuando assim a utilização de trabalho escravo restrita aos serviços domésticos.

A maior flexibilidade da exploração agrícola baseada no trabalho livre, que não envolvia imobilização de capital em escravos, permitiu que o algodão, superada a fase áurea dos anos 1860-70, ainda fosse considerado a base da riqueza do Ceará. Esta flexibilidade era ampliada pela forma concreta que assumiam as relações de produção. Assim, quando o preço do algodão no mercado internacional se apresentava favorável, crescia o trabalho médio das lavouras e os proprietários dedicavam-se à exploração direta, com a utilização de diaristas. Se ao contrário, o que era mais freqüente, os preços se mantinham estagnados ou tendiam a baixar, eles achavam mais interessante ceder suas terras em parceria, dividindo, dessa forma, os riscos com o produtor direto. Esse equilíbrio, aparentemente perfeito, não impediria o aumento do preço da mão-de-obra durante o período de auge da cultura. Primeiro, porque a força de trabalho normalmente disponível de pequenos proprietários e arrendatários estava ocupada plenamente na utilização das terras que dispunham, face ao alto preço que se pagava pelo algodão. Depois, porque a prioridade dada à produção de algodão levou à escassez e ao conseqüente encarecimento de gêneros alimentícios, forçando com isto a elevação das remunerações aos trabalhadores. Essas novas remunerações, no entanto, não compravam muito mais do que se adquiria com diárias de 400 ou 500 réis de antes da febre algodoeira.

A partir de 1850, com a proibição do tráfico negreiro África-Brasil, intensificou-se o tráfico intra e interprovincial no País. Com a escassez, elevaram-se os preços de escravos, que de um conto de réis em 1850 passariam a custar perto de três contos em 1875**. Dois fatos con-

* Segundo BRISOLLA, 1977(7), este salário era altíssimo na época, apesar de seu poder de compra ser relativo, uma vez que os gêneros alimentícios encareceram muito com a prioridade dada à produção de algodão.

** Preços vigentes no Sul do País, já então a área mais dinâmica da economia brasileira. Dados retirados de Cano (1977), p. 25 e 26. No Ceará, na segunda metade do século passado, os preços de escravos variavam de 600\$000 a 1:200\$000. GIRÃO, 1969 (18:47).

tribuíram especialmente para essa elevação: o primeiro foi a crise da cafeeicultura fluminense, que iniciada na década de 1870, agravar-se-ia no primeiro lustro da seguinte e para qual buscar-se-ia como alternativa para superá-la a intensiva utilização de escravos (MONTEIRO, 1985)(24:40). O segundo foi a expansão da cultura do café, a partir de 1880, em São Paulo, que passou também a requerer maior número de escravos (ALBUQUERQUE, 1982)(1:47).

Com a elevação dos preços de escravos, em economias como a cearense, onde seu trabalho não era fundamental, seus proprietários sentiram-se fortemente estimulados a se desfazerem deles com altos ganhos, vendendo-os às regiões cafeeiras do Sul.

Com a seca de 1877-79, essas vendas se intensificaram pelo fato de escravos representarem mais bocas a alimentar e, sobretudo, porque esse capital imobilizado poderia desaparecer repentinamente pela fome ou pela varíola. Para reduzir esse risco, o escravo também foi transformado em valioso elemento de troca, tendo-se notícias de que, durante tal seca, mascates italianos compravam mercadorias no Sul do País e as trocavam por escravos que eram vendidos às casas negreiras que, por fim, os remetiam para os mercados sulistas.*

Entre 1872 e 1880, foram exportados só pelo porto de Fortaleza, 11.075 escravos para as lavouras do Sul**, que somando-se aos provavelmente exportados pelas fronteiras e demais portos, sobretudo por Aracati, viriam representar um número bastante significativo, principalmente quando visto da perspectiva da ativação de capital que estava imobilizado, sem grandes finalidades produtivas, e que a partir daí, passaria a dinamizar a economia, quer em forma de consumo, quer produtivamente.

* Segundo BRÍGIDO, 1919(6:501), "A miséria reinante e a disponibilidade, em que, sobretudo agora (seca de 1877-79) se achavam os braços cativos, quando o alto preço do café no Sul do Império tinha exagerado o valor da mercadoria humana, produziram a piedade cearense. O Porto de Fortaleza tinha-se constituído o primeiro escoadouro da população cativa, que a gente do tráfico marcava nos sertões". Segundo GIRÃO, 1969(18:50): "Pelo porto de Fortaleza, em 1872, embarcaram 291; 505 em 73; 710 em 74; 894 em 75; e 768 em 76. Ao todo 3.168. Sobreveio a seca de 1877-79 e durante ela saíram mais, pelo mesmo porto: 1.725 em 77; 2.909 em 78; e 1.925 em 79, elevando aquele total para 9.727". A respeito da participação de mascates italianos no tráfico negreiro no Ceará, ver THEÓPHILO, 1922(32:139-360).

** Ao total apresentado por Girão, acrescentamos 1.348 escravos em 1880, segundo NOBRE, 1989(27:106). Nesta página desta obra pode-se encontrar um quadro demonstrativo da exportação de escravos pelo porto de Fortaleza, no período 1845-1880.

Em 1884, quando é proclamada a Abolição da Escravatura no Ceará, estimava-se em cerca de 20.000 o número de cativos (Girão, 1969:p.50). A Abolição não teve, portanto, maiores repercussões sobre a economia cearense, devido ao pequeno número e à utilização que se dava ao escravo, mais no trabalho doméstico.

Vistos os fatores que tornaram possível a expansão da economia cearense e, conseqüentemente, a sua acumulação mercantil a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo de 1860 em diante, será vista, rapidamente, a conjuntura econômica brasileira de 1880 a 1895, período em que os investimentos na indústria de transformação passaram por sua maior expansão até então, para que se tenha uma melhor compreensão de como foi possível o surgimento das primeiras fábricas de fiação e tecelagem no Ceará.

3. FATORES DETERMINANTES A NÍVEL NACIONAL

3.1. UMA RÁPIDA VISÃO DA CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA DE 1880 A 1895

Um dos mais longos períodos de investimentos na indústria de transformação brasileira foi o que se iniciou com a década de 1880 e perdurou até aproximadamente 1895. Segundo SUZIGAN, 1986(31:81), “este foi um período de grande progresso econômico particularmente nas áreas produtoras de café no Centro-Sul. O crescimento da renda impulsionada pela expansão das exportações, a construção de estradas de ferro e a promoção da imigração aumentaram o mercado para produtos industrializados e a oferta de trabalho”. Nesse intervalo o ímpeto dos investimentos só foi reduzido durante parte da década de 1880, particularmente em 1884-1887, talvez como conseqüência da adoção de política monetária e fiscal restritivas. No entanto, com a política monetária expansionista do final do Império e começo da República, os investimentos ganharam tal impulso, que atingiram um pico em 1890-1891.

A grande expansão do estoque de moeda e as facilidades de crédito, características daqueles anos, não criaram apenas uma “bolha de especulação” que explodiu na crise do Encilhamento, mas, sim, resultaram num pico de investimentos que não seria ultrapassado antes de 1907 (SUZIGAN, 1986(31:144)).

Por outro lado, o efeito líquido das mudanças nas variáveis de política comercial é difícil de avaliar no período. A proteção tarifária aumentou na década de 1880 e essa proteção foi reforçada pela depreciação da taxa de câmbio em 1880-1886. Porém, o contínuo declínio dos preços de importação, a queda dos preços internos e, mais ao final da década de 1880, a valorização cambial compensaram o aumento na proteção tarifária, particularmente em 1884-1889, quando caiu o preço real das importações (inclusive direitos aduaneiros). No início da década de 1890, a proteção tarifária foi substancialmente reduzida, devido à erosão das alíquotas específicas causadas pela inflação. No entanto, a forte depreciação da taxa de câmbio compensou essa redução nos direitos aduaneiros, particularmente em 1890-1891 e 1894-1895, quando a taxa de câmbio depreciou-se em termos reais. Assim, a proteção aumentou em 1890-1891 e em 1893-1894 (apesar do declínio dos preços de importação), diminuindo em 1892-1893. Essa alternância de períodos de aumento com períodos de redução da proteção pode ter estimulado uma alternância de períodos de crescimento da produção e contração nos investimentos com períodos de declínio da produção e expansão dos investimentos, conforme SUZIGAN, 1986(31:82).

Colocado isto, ainda para uma melhor visão deste período, seria necessário dar destaque à evolução da legislação brasileira relativa às sociedades anônimas e ao Encilhamento, dois fatores que contribuíram, fundamentalmente, para a ocorrência do primeiro surto de investimentos em indústria têxtil no Ceará. Por fim, será feito um breve histórico da indústria de produtos de algodão brasileira no período de 1880 a 1895.

3.2. A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA RELATIVA ÀS SOCIEDADES ANÔNIMAS DE 1880 A 1895*

A partir do começo dos anos oitenta, configurando um ajustamento do Estado às novas forças que se estruturavam na sociedade, a legislação concernente às sociedades anônimas foi sendo modificada, tornando-se gradualmente mais liberal.

A "Lei dos Entraves" foi revogada e uma nova lei instituída: Lei nº 3.150, de 04.11.1882, regulamentada pelo Decreto nº 8.821, de 30.12.1882. A intervenção do Estado, bastante ampla na legislação de

* Essa brevíssima análise da evolução da legislação brasileira de 1880 a 1895 tomou por base MONTEIRO, 1985(24:65-8) e STEIN, 1979(30:25).

1860, foi restringida, passando a depender de autorização legislativa somente os bancos de circulação e de autorização governamental, as sociedades estrangeiras, caixas econômicas, montepios, sociedades de socorro e piedade, de seguros mútuos, de comércio de gêneros alimentícios e as associações religiosas.

Essa legislação oferecia garantia aos investidores e fixava responsabilidades, tanto para os incorporadores como para os funcionários das sociedades anônimas. Daí por diante os incorporadores passariam a ser responsáveis, individual e coletivamente, pelos atos ilegais das companhias e os corretores de ações pela integridade do valor das ações transferidas. Os funcionários das companhias teriam que reembolsar os dividendos distribuídos indevidamente, medida que também se aplicava aos recebedores de dividendos.

Tornando evidente o antigo temor pela especulação, esta lei determinava que a sociedade só poderia funcionar depois de subscrito todo o seu capital e depositada, em algum banco, a décima parte do capital social. As ações só poderiam ser negociadas depois de realizado um quinto do seu valor. Era permitido, às sociedades, endividarem-se, até o montante do seu capital, por meio de debêntures. Entretanto, apesar dessa possibilidade, muitas companhias tiveram dificuldades, no início, em obter capital porque os títulos da dívida pública eram uma opção bem mais segura. Somente a partir de 1888, com a reforma bancária, essa tendência modificou-se no sentido de uma maior liquidez na economia brasileira.

A primeira legislação financeira da República foi elaborada por Rui Barbosa no Decreto nº 164, de 17.01.1890, objetivando expandir a indústria, agricultura e comércio. Esse decreto organizava um sistema emissor, lastreado em apólices da dívida pública, que liberava o Estado do pagamento dos juros e amortizações da dívida e aumentava as possibilidades de fornecimento de créditos. Paralelamente, determinava diretrizes mais liberais para a organização de sociedades anônimas: limitava a responsabilidade do cedente apenas aos atos ocorridos durante o período em que fosse acionista e a Assembléia Geral poderia excluir a responsabilidade dos administradores pela aprovação de suas contas, entre outras coisas. O recém-instaurado Governo republicano procurava estimular a criação de novas companhias.

No entanto, essa legislação mais liberal possibilitou o surgimento de um verdadeiro “negócio” de incorporação de companhias (das quais poucas conseguiram se concretizar) durante o Encilhamento, que se caracterizou por uma grande inflação — de 1,1% em 1889 passou a 84,9% em 1891 — e por um intenso movimento especulativo.

Tentando frear essa especulação, Campos Sales, então Ministro da Justiça, pressionou o Presidente da República a assinar o Decreto nº 850, de 13.10.1890, que elevou a 30% a exigência de depósito do capital para que a firma fosse considerada constituída e permissão para negociação de ações somente após a realização de 40% do capital subscrito.

Como esse decreto foi considerado insuficiente, por não conseguir deter a especulação, sobrevieram o Decreto nº 997, de 11.11.1890, determinando que o depósito inicial de 30% do capital deveria ser efetuado somente nos bancos fiscalizados pelo Governo; e, posteriormente, o Decreto nº 1362, de 14.02.1891, determinando o pagamento de uma taxa de 30% do valor de cada transação de vendas de ações ou cessão de direitos e que os dividendos superiores a 12%, pagassem 2% do excesso deduzidos no ato do pagamento. Isso provocou uma grande reação entre os corretores, que seriam os principais prejudicados pelo estancamento da venda de papéis. Durante três dias, os corretores negaram-se a realizar pregão para a transação de qualquer título, o que fez o Governo recuar, revogando, em 20.02.1891, os dois artigos do Decreto nº 1362 que determinavam aquelas taxações.

A vitória dos corretores marcou também o início do “crack” do Encilhamento. Os investidores ficaram inseguros e começaram a vender seus papéis.

Nisso tudo, percebe-se o Estado tentando controlar as forças de mercado, sem conseguir. A especulação só foi extinta pela própria crise.

A última modificação legal concernente às sociedades anônimas, ocorrida no período em estudo, foi o Decreto nº 434, de 04.07.1891. De caráter liberal, este decreto baseava-se no princípio de que os próprios acionistas, como principais interessados, é que deviam estabelecer as regras da associação. A legislação deveria restringir-se a alguns princípios genéricos que a distinguísse das demais.

Através desse quadro geral da evolução do direito societário, de 1880 a 1895, é possível concluir-se que o período foi marcado por uma legislação liberal, como o Brasil nunca tivera até então, vindo a mesma a se constituir importante fator, que se somou aos demais, para estimular o surto industrializante dessa época.

3.3. O ENCILHAMENTO*

O Encilhamento é geralmente descrito na historiografia brasileira como um período de intensa especulação, seguido por uma grave crise no mercado de valores. Esses acontecimentos são relacionados com a implementação de uma reforma bancária em 1888, que levou o País, a partir de então, a um aumento maciço no estoque de moeda e a facilidade de crédito, engendrando um surto inflacionário como nunca se vira. Além disso, há que se registrar a introdução, em 1890, de uma legislação mais liberal no que diz respeito à formação de sociedades anônimas, possibilitando um verdadeiro “negócio” de incorporação de companhias, dentre as quais poucas foram as que conseguiram sair do papel.

Muitas das interpretações envolvendo o Encilhamento tiveram caráter profundamente ideológico, vendo nesta fase mera “jogatina e loucura” (PRADO, 1976)(28:220) ou “uma espécie de loucura financeira” (LUZ, 1975)(22:105). No entanto, estas interpretações passaram a ser revistas a partir do cuidadoso estudo sobre a indústria têxtil algodoeira, feito por STEIN, 1979(30:95-9), o primeiro a observar que, apesar dos abusos cometidos, tal fenômeno teve aspectos positivos. Em primeiro lugar, representou uma tentativa de romper com a tradicional estrutura agrária, identificada com o regime imperial, e anunciou a chegada de uma nova era de progresso, baseada no desenvolvimento industrial. Em segundo lugar, a expansão do estoque de moeda e as facilidades de crédito estimularam um efetivo aumento de investimento industrial, fundan-

* A análise do Encilhamento, aqui apresentada, fundamentar-se-á em SUZIGAN, 1986(31:46-8). Caso em contrário, as devidas ressalvas serão feitas. Gostaríamos, ainda aqui, de chamar atenção para o fato de existirem diversas periodizações para o Encilhamento: a rigor, dá-se o nome de Encilhamento apenas ao curto episódio de especulação febril que ocorreu principalmente no Rio de Janeiro e que durou de janeiro de 1890 a março do ano seguinte. No entanto SINGER, 1974(29), seguindo o uso mais corrente do termo, aplica-o a todo o período de política monetária mais liberal que antecedeu o “crack” bancário de 1900; e outros autores preferem delimitá-lo entre os anos de 1888 a 1895, estabelecendo o limite inicial a partir da reforma bancária realizada naquele ano.

do-se novas e maiores fábricas de tecidos de algodão e expandindo-se as existentes. Por fim, a crise teve aspectos positivos estimulando uma campanha em favor de apoio governamental à indústria de transformação, a qual resultou num empréstimo especial de 100.000 contos para a indústria em 1892 e em maior proteção ao setor.

Tentando esvaziar a polêmica a respeito dos efeitos concretos deste período sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, da qual participaram FISHLOW, 1972⁽¹¹⁾, VERSIANI & VERSIANI, 1977⁽³⁴⁾ e LEFF, 1982⁽²⁰⁾, Suzigan apresentou dados e informações que vêm dar evidência segura à análise de Stein, segundo a qual o investimento industrial aumentou substancialmente durante o Encilhamento. Essa evidência compreende novos dados sobre exportações de maquinaria para o Brasil, assim como informações sobre o estabelecimento de novas empresas industriais e a expansão da capacidade de produção das empresas existentes. Tais dados indicam a ocorrência de um pico de investimento industrial durante o Encilhamento: as exportações de maquinaria industrial para o Brasil aumentaram cerca de 30% em 1890 e mais 70% em 1891. Deve-se observar que os níveis médios para 1888-1889 tenham sido 37% superiores à média para 1883-1887 e que apesar de uma redução a partir de 1892, o investimento industrial, representado aqui pelas exportações industriais para o Brasil, manteve-se em níveis mais de 50% superiores aos de 1888-1889. Some-se a isto, como observado por Stein, o fato de algumas das maiores empresas industriais brasileiras de todos os tempos terem sido fundadas durante o período, ressalta Suzigan.

Foram realizados substanciais investimentos não só na indústria têxtil de algodão, como também na de sacaria de juta, tecidos de lã, moinhos de trigo, cervejarias, fábricas de fósforo, indústria metal-mecânica e siderúrgica. O que leva a se concluir que a interpretação de Stein pode ser considerada correta, sobretudo quando estendida para outras indústrias e outras áreas geográficas do Brasil, além do Rio de Janeiro e São Paulo.

4. A INDÚSTRIA TÊXTIL DE ALGODÃO BRASILEIRA (1880-1895)*

No período entre 1880 e 1895, foram estabelecidas mais de 60 novas fábricas de tecidos de algodão no Brasil. Tais investimentos ocorreram em dois surtos principais: o primeiro, entre os anos 1880-1883 (em-

* Novamente aqui nos fundamentaremos em SUZIGAN, 1986(31:125-44).

bora os investimentos se mantivessem em níveis relativamente elevados até 1886-1887), quando os preços de importação foram significativamente reduzidos. O segundo, nos anos de 1888 a 1895, quando se verifica o maior avanço no desenvolvimento da indústria brasileira de produtos de algodão, com a instalação de pelo menos 47 novas fábricas e a expansão de algumas já existentes.

No entanto, durante o segundo surto, o aspecto mais importante desse avanço não foi o número de estabelecimentos instalados ou ampliados, mas a dimensão dos novos. Na verdade, a maioria das fábricas fundadas nesse período era muito maior do que as já instaladas, e algumas delas com 500 a 1.000 teares, seriam as maiores do País por muitos anos.

Dados apresentados por Suzigan sobre o equipamento e a força de trabalho dessas fábricas, apesar de incompletos, mostraram que, em média, 14 eram equipadas cada uma com 14.015 fusos, 28 tinham, cada uma, 317 teares e 19 empregavam 255 operários cada uma. Para se ter idéia da magnitude relativa de tais números, deve-se compará-los com as seguintes médias, por fábricas, em 1885: 3.323 fusos (baseados em dados para 20 fábricas), 70 teares (30) e 138 operários (23) (STEIN, 1978: Apêndice I)⁽³⁰⁾. As novas fábricas eram também mais bem dotadas de energia, a maioria a vapor (dados de 20 mostram uma média de 562 H.P. por fábrica). Outra característica importante dessas novas e modernas fábricas é que elas começaram a desenvolver a produção interna de tipos mais finos de tecidos de algodão a cores e também a instalar estamparias.

A distribuição regional das novas fábricas de tecidos de algodão instaladas no período 1885-1895 mostra que 22 localizavam-se nas regiões Norte e Nordeste, dez em Minas Gerais, duas em São Paulo, uma no Rio Grande do Sul e 12 na Província (depois Estado) e cidade do Rio de Janeiro.

A expansão de crédito que caracterizou o início da República é um dos mais importantes fatores explicativos do desenvolvimento da indústria brasileira de produtos de algodão na primeira metade da década de 1890, particularmente, na área do Rio de Janeiro. Igualmente importante para o desenvolvimento mais rápido dessa indústria, a partir de 1880, foi o aumento na proteção aos produtores nacionais de manufaturas de algodão. A proteção tarifária aumentou nos últimos anos do Império, aumentando-se os direitos de importação sobre produtos de algodão em 1886 e em 1889, ao mesmo tempo que os direitos sobre maté-

rias-primas eram reduzidos e as importações de maquinaria e equipamentos para a instalação de indústrias de transformação eram isentas de direito.

Na década de 1890, entretanto, apesar de novos aumentos, os direitos específicos da tarifa foram rapidamente erodidos pela inflação; como resultado, o equivalente "ad valorem" da tarifa (no agregado) foi reduzido de 47,5%, em 1888, a 21,6% em 1894-1895. Mas a desvalorização da taxa de câmbio do mil-réis compensou a redução na proteção tarifária e tornou-se o fator isolado mais importante para a proteção da indústria de transformação nacional na década de 1890.

Beneficiando-se desse aumento na proteção, as fábricas de tecidos de algodão realizaram altos lucros, que, à medida que as reservas aumentavam, tornaram-se importante fonte de capital para reinvestimentos na expansão das fábricas, além de estimularem novos investimentos.

5. O PRIMEIRO SURTO DE FUNDAÇÕES DE FÁBRICAS DE TECIDOS DE ALGODÃO NO CEARÁ

O surto de investimentos industriais verificado no Ceará* nas duas últimas décadas do século XIX, sobretudo na primeira metade da final, coincide com a primeira vaga significativa de industrialização em quase todos os centros de economia de mercado do País: Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Porto Alegre etc. (SINGER, 1974)⁽²⁹⁾. Tal coincidência, como se tem tentado demonstrar até agora, não pode ser atribuída ao acaso. Além dos fatores regionais, tal surto foi certamente condicionado por fatores que se fizeram sentir em âmbito nacional, sendo, no entanto, difícil avaliar em que medida.

Ao contrário de outras regiões do País, onde a Abolição teve profundo impacto, sobretudo pela difusão das relações de trabalho assalariado, no Ceará, aquele movimento não teve de imediato nem a longo a prazo, conseqüências mais profundas neste sentido, já que a economia cearense nunca se fundamentara em trabalho escravo e as relações de trabalho existentes antes dela serão predominantemente as mesmas depois.**

* A referência aqui é ao Ceará, como um todo, e não apenas a Fortaleza, pois, quando se trata da experiência industrial mais significativa ocorrida no Estado, naquele período, a da indústria de tecidos de algodão, merecem saliência também Sobral e Aracati, cada uma com uma fábrica.

** Quem desejar aprofundar-se na compreensão das relações de trabalho no Ceará ver BRISOLLA, 1977(7).

Do Encilhamento, outro fator que se fez sentir em âmbito nacional e que condicionou vigorosamente os surtos industriais em várias regiões brasileiras à época, pouco se sabe do seu real efeito sobre a economia cearense, além da onda inflacionária*.

A política financeira e creditícia inflacionária (causa imediata do Encilhamento) que facilitou a mobilização de recursos iniciais para a fundação de novas empresas industriais e comerciais em outros Estados, no Ceará, não teve provavelmente efeito algum neste sentido, já que só a partir de 1893 passariam a transacionar no Estado dois bancos: um cearense, o Banco do Ceará S.A., que surgiu durante o período do Encilhamento, e uma agência de um banco pernambucano, o Banco de Pernambuco. Pode-se atribuir, no entanto, grande importância à legislação de 1890, referente às sociedades anônimas, como fator de fundação de empresas no Ceará durante a primeira metade da década de 1890.

Entre 1881 e 1893, foram constituídas, no Ceará, seis firmas industriais, cujos objetivos seriam a produção de fios e tecidos de algodão.

A primeira delas — Pompeu & Irmãos — constituída em 1881, surge durante o surto de investimentos que ocorreu entre 1880-1883 na indústria têxtil brasileira. Portanto, imediatamente após o “boom” das exportações de algodão pelo Ceará, que findou com a seca de 1877-79, em vista dos gastos públicos realizados com a mesma e da expansão das exportações de escravos, o que nos leva a crer que a dinamização econômica propiciada por estes fatores tornou possível tal acontecimento.

* Em 1895, em mensagem à Assembléia Legislativa, o Presidente do Estado, José Freire Bizerril Fontenelle, faz menção à grande inflação vivida no Ceará naquele ano, atribuindo sua causa ainda ao Encilhamento. Essa inflação vinha de longa data, como pode ser observado em jornais de anos bem anteriores a 1895, e que como exemplo damos o deste anúncio da Loja Republicana, publicado no “Cearense” de 12/06/1891: “Esta popularríssima loja de modas, convencida das vexações por que passa o povo cearense pela escassez do trabalho e **repentina alta das fazendas** (grifo nosso), resolveu agora, em plena festa dos populares S. Antônio, São João e S. Pedro, fazer grande redução nos preços de suas mercadorias e tem subida honra de convidá-los a vir quanto antes fruir das verdadeiras pechinchas, como passa a expor: [...]”.

A partir da mensagem do Gal. Bizerril, citada, pode-se ter uma rápida idéia da conjuntura econômica do Ceará à época: “Economicamente falando, a vida no Ceará é presentemente cheia das maiores dificuldades. A vida torna-se asfixiante para o proletariado vivendo de salário, ordenado ou soldo. A grande massa dos consumidores, o que ganha mal chega para o aluguel do albergue ou do nicho em que vive emparedada, quase de pé e nua com a sua prole, que é sua única riqueza. Ao lado disso, as firmas sociais que se desdobram; o comércio que se alarga e invade quarteirões domiciliares (...)”.

Em São Paulo, (CANABRAVA, 1951)(8:275-89)* o fim do “boom” algodoeiro das décadas de 1860-1870 quase implicou o desaparecimento da cotonicultura na Província, provocando diversificação do capital acumulado com a atividade, nesses anos, o qual passou a ser canalizado para a indústria têxtil — estimulada pela queda dos preços internos da malvacea — e para a cafeicultura.

No Ceará, ao contrário, tudo leva a crer que a diversificação de investimentos após o surto foi reflexo da expansão da economia, a ponto de justificá-la, ao invés de uma necessidade engendrada pela crise do algodão. De fato, logo após a seca, o algodão continuou sendo o principal produto da economia cearense**, e os gastos públicos com a seca compensaram a possível perda de dinamismo da economia no período, que seria imposta pela redução das importações em geral e sobretudo do algodão. Além disso, os capitais que deram origem aos principais investimentos durante os primeiros anos após o “boom” do algodão não foram acumulados diretamente na produção ou comercialização do produto, havendo casos que nem mesmo em atividade mercantil. Conclui-se, portanto, que a dinamização econômica decorrente do surto exportador de algodão, dos gastos públicos com a seca e das exportações de escravos, que se fez sentir com mais intensidade na capital da Província, possibilitou o crescimento da demanda efetiva a um nível que passou a justificar tais investimentos, principalmente em uma fábrica de tecidos.

Os dois principais empreendimentos realizados após o “boom” algodoeiro, ambos em Fortaleza, foram a Companhia Ferro-Carril do Ceará, cujo assentamento dos trilhos começou em finais de novembro de 1879 e se intensificou nos primeiros meses de 1880***, e a fábrica de te-

* Segundo a autora, entre 1869 e 1875, são fundadas seis fábricas têxteis na Província de São Paulo.

** Mesmo com a queda dos preços internacionais, o algodão continuou sendo produzido em larga escala no Ceará, no entanto, o nível recorde de exportação dos anos 1870 a 1875 só será superado pela primeira vez nos anos de 1910 a 1914, quando atinge 33.868.955 kg, conforme dados do QUADRO 1.

*** Tal companhia, que pertencia aos comendadores Francisco Coelho da Fonseca e Alfredo Henrique Garcia e tinha capital de cem contos de réis, foi autorizada a funcionar pelo Decreto nº 6.620, de 04/07/1877, mas impedida, pela seca irrompida nesse ano, de iniciar imediatamente suas obras, só pôde iniciá-las em novembro de 1879, tendo sido inaugurada em 25/04/1880. NOBRE, 1981,(26:103) e NOBRE, 1989(27:142).

cidos da Pompeu & Irmãos, que teve suas obras de construção iniciadas em novembro de 1881, mas que passou a produzir somente em novembro de 1883.

Expressando a expansão da vida econômica em Fortaleza, após a dinamização propiciada pelos fatores já comentados, foi instalada, em 1881, uma agência do Telégrafo Nacional ligando a cidade ao Sul do País. No ano seguinte, foi instalado o cabo submarino, sob a responsabilidade da American Telegraph And Cable Co, datando os telefones de 11.02.1883, trazidos pelo comerciante cearense Confúcio Pamplona (GIRÃO, 1982)(15:31).

As outras cinco firmas de fiação e tecelagem foram constituídas entre 1888 e 1893, quando se verificou, portanto, o maior avanço no desenvolvimento da indústria têxtil brasileira até então, conforme já mostrado.

A primeira destas cinco firmas, a Hollanda, Gurjão & Cia., inaugurou sua fábrica em 1889, durante a seca parcial de 1888-1889.*

Das firmas constituídas em 1891, duas foram registradas na Junta Comercial do Ceará** como sociedades anônimas, organizadas, certamente, sob influência da legislação mais liberal de 1890, relativa a esse tipo de empresas. Essas firmas foram a Cia. Fábrica de Tecidos União Comercial e Cia. Fabril Cearense de Meias, sendo que a primeira ficou apenas na fase de registro, não chegando a se instalar. A fábrica que não era sociedade anônima, Ernesto & Ribeiro, começou a produzir em 1894.

* Durante esta seca, que coincidiu com a Abolição da Escravatura (1888) e a derrubada do Império (1889), o Governo Central não esteve em situação de fazer mais do que reiniciar algumas obras públicas e conceder alguns fundos de socorro, sobretudo os de estímulo à emigração. Segundo FROTA, 1984^(12:174), foram despendidos no Ceará por conta de tal seca, cerca de 12.214:917\$000. Para uma idéia da magnitude relativa destes valores, já que não se dispõe dos valores totais das exportações cearenses no período, cabe lembrar que o Ceará exportou nos anos de 1885-1887 um total de 15.005:779\$000 (no último ano constando apenas as exportações diretas). Não se dispõe das receitas e despesas gerais (Governo Central + Governo do Ceará) no Ceará em 1888 e 1889, tendo-se os números das mesmas, no entanto, para 1885, quando chegaram respectivamente a 1.746:644\$000 e 1.900:440\$000. No que diz respeito apenas às receitas e despesas do Governo do Ceará em 1888, atingiram as mesmas, 892:165\$949 e 986.005\$747, respectivamente, não se dispondo de seus valores para o ano de 1889.

** Conforme Estatutos registrados e arquivados na J.U.C.E.C. "Prontuário Histórico" — Janeiro — Dezembro de 1891, Registros nº 89 e 90. A primeira foi registrada em 15.04.1891 e a segunda em 23.06.1891.

A última firma a se constituir no período (1893) era também uma sociedade anônima: a Popular Aracatyense, cuja fábrica entrou em atividade em 1895. Tal companhia foi incorporada no Aracati por 122 sócios, que, apesar de divergências políticas, procuravam ao dotar a cidade de uma fábrica, dinamizar sua vida econômica e reduzir a superação que Fortaleza, já com duas fábricas de tecidos, e Sobral, com uma em construção, lhe impunham. Os motivos que levaram a sua incorporação estão ligados a fatores políticos, viabilizados pela legislação de 1890.

Observa-se, portanto, que a legislação de 1890 relativa às sociedades anônimas, foi um fator de grande estímulo à fundação de fábricas têxteis no Ceará. Ao contrário de outras regiões do País, onde essa legislação também serviu, dentro do quadro geral do Encilhamento, para a incorporação de empresas com fins meramente especulativos, no Ceará, a mesma foi provavelmente encarada como instrumento para superar os limites impostos pela escassez de capital e crédito destinados à realização de empreendimentos de certo vulto para a época e para o meio. Em resumo, apesar dos exageros e de certo artificialismo, essa legislação dentro do quadro geral do Encilhamento, possibilitou, concretamente, significativa concentração de capitais no Ceará, o que pode ser corroborado pelo número de companhias (pelo menos sete) incorporadas e que entraram em atividade entre 1890 e 1896*.

Além das duas fábricas têxteis, já referidas, as principais incorporações concretizadas foram: a da Cia. Cearense de Cortume, em 06/06/1891; a do Banco do Ceará S.A., em 28/02/1893; a da Ferro-Carril de Porangaba, em 18/10/1894; a da Cia. Prado Cearense, da qual não se conseguiu levantar a data precisa de incorporação, mas com certeza efetivada antes de 1895; e a da Ferro-Carril do Outeiro, em 24/04/1896. Provavelmente a Cia. de Cortume de Baturité, incorporada em 1892, também entrou em atividade. (ALMANAQUE DO CEARÁ⁽²⁾ e NOBRE, 1989(27:150-1).

Das companhias incorporadas, nesse período, que ficaram apenas documentadas, foram identificadas três: a Cia. Fábrica de Tecidos União

* Não seria demais lembrar que inexistiam no Ceará, nessa época, Bolsa de Valores e Bancos, logo, não podendo o Encilhamento ocorrer aí com a mesma complexidade que ocorreu no Rio de Janeiro, onde se dispunha de razoável superestrutura institucional financeira.

Comercial, registrada na Junta Comercial do Ceará em 15/04/1891*; a Cia. Cearina, constituída, em junho de 1891, com o objetivo de construir um teatro em Fortaleza; e a Cia. Cerâmica e Industrial do Ceará, que lançou subscrição pública a 2/10/1891 (GIRÃO, 1959)(17:216) e (NOBRE, 1989)(27:152).

Essas sociedades anônimas incorporadas no Ceará, durante a primeira metade da década de 1890, comumente se constituíam de numerosos acionistas, a maioria comerciantes, muitos deles subscritores de mais de uma companhia simultaneamente. A Cia. União Comercial e a Cia. Fabril Cearense de Meias apresentaram, em 1891, dez sócios em comum, dentre os quais, Álvaro Teixeira de Sousa Mendes e Manoel Theóphilo Gaspar de Oliveira, que também eram acionistas, naquele ano, da Cia. Cerâmica e Industrial do Ceará. José Albano Filho (da Albano & Ir-mão), também acionista destas duas companhias têxteis, foi secretário do Banco do Ceará, em 1895. O acionista da Fabril Cearense de Meias, em 1891, Antônio Domingues dos Santos Silva (da José Domingues, Ir-mão & Cia. foi, naquele ano também acionista da Cia. Cerâmica e Industrial do Ceará. A Cia. Cearense de Cortume tinha, em 1895, dentre seus diretores: Manoel Gomes Barbosa, que também era acionista da Cia. Cearina em 1891, diretor da Cia. Fabril Cearense de Meias e secretário do Banco do Ceará; e João Joaquim Simões, que também era acionista da Cia. Cearina em 1891, diretor da Cia. Prado Cearense e Presidente do Banco do Ceará. Bernardo Ferreira da Cruz, tesoureiro da Cia. Cearense de Cortume, era também, em 1895, um dos secretários do Banco do Ceará. Por fim, Alfredo Salgado era, em 1895, secretário do Banco do Ceará e diretor da Cia. Prado Cearense. Por sua vez, Joaquim Dias da Rocha, que era secretário do Banco do Ceará em 1895, foi secretário da Cia. Cearense de Cortume em 1898.

Os fatos expostos trazem fortes evidências para a confirmação do que já foi colocado: na impossibilidade de alguém sozinho ou de um pequeno grupo bancar um investimento que exigisse grande volume de ca-

* Essa companhia foi incorporada com o capital de 600 contos de réis (3.000 ações de 200\$000 cada), sendo seu capital o maior de todas as companhias incorporadas com fins industriais no Ceará; nesse período, e superado apenas pelo do Banco do Ceará que era de 1.000 contos de réis (10.000 ações de 100\$000 cada). Outras sociedades anônimas tinham os seguintes capitais, quando de suas incorporações: Cia. Cearina, 80 contos de réis (400 ações de 200\$000); Fabril Cearense de Meias, 100 contos (500 de 200\$000); Popular Aracatyense, 100 contos (2.000 ações de 50\$000); Cerâmica Industrial do Ceará, 300 contos de réis (?); e Ferro Carril do Outeiro, 40 contos (?).

pitais (para a época e o meio), a saída vislumbrada para concretizar, no Ceará, a euforia do Encilhamento foi a incorporação de sociedades anônimas, o que se tornou possível pela legislação de 1890 referente às mesmas.*

Das sociedades anônimas incorporadas no período 1890-1896, a que permaneceu mais tempo em atividade e sob esta forma de organização foi o Banco do Ceará, que se extinguiu em 1917. A Cia. Fabril Cearense de Meias teve sua fábrica inaugurada em 1894 e desativada antes de dezembro de 1904, passando a funcionar em suas instalações a fábrica de redes do Dr. Thomaz Pompeu. A Popular Aracatyense foi extinta em 1901, quando sua fábrica Santa Teresa foi vendida para a firma coletiva M.L. Barbosa & Cia.. A Ferro-Carril de Porangaba deixou de ser uma sociedade anônima em 1897, quando foi adquirida pela firma Gondim, Montenegro & Cia. A Companhia Cearense de Cortume, cuja fábrica foi inaugurada em 1894, cessou atividades em 1898. A Ferro-Carril do Outeiro passou a fazer parte, em 1912, da Ferro-Carril do Ceará, de propriedade da Thomé A. Motta & Cia. (ALMANAQUE DO CEARÁ)⁽²⁾ e (NOBRE, 1981)⁽²⁶⁾.**

Além de duas tipografias, que são citadas no Almanaque do Ceará de 1898***, não se tem informações de incorporações de novas sociedades anônimas no Estado a partir de 1896.

Trinta anos depois de entrar em vigor a legislação de 1890, pode-se comprovar, pelo Censo de 1920, a inexistência no Ceará de firmas industriais, sob forma de sociedade anônima, o que reflete o verdadeiro estado da economia cearense, ou seja: uma economia pobre de capitais e de crédito restrito. Aqueles empreendimentos que exigiam relativamen-

* Cabe ressaltar, que a partir dos primeiros anos da década de 1890 começa a economia cearense a receber uma nova dinamização, resultado do início do "boom" da borracha na Amazônia. Apesar desta dinamização só vir a atingir o ápice de sua intensidade na primeira década do século XX, ela poderá ter trazido alguma motivação, reforçando o clima eufórico do Encilhamento, para a incorporação de companhias no Ceará à época, o que foi viabilizado pela legislação de 1890.

** Não se conseguiu levantar quando a Cia. Cortume de Baturité e a Cia. Prado Cearense deixaram de existir, mas com certeza isto ocorreu ainda na década de 1890.

*** Tais tipografias eram a Ceará-Libertador, situada à rua Floriano Peixoto, 55A e Coronel Bizerril; e a Ceará, à rua Formosa nº 3. Não se conseguiu levantar as datas de suas constituições, tudo indicando, no entanto, serem estabelecimento de menor expressão financeira e econômica.

te maior concentração de recursos para usufruírem de autonomia financeira, acabam se organizando sob a forma de firmas individuais ou sociedades de pessoas, como expressão simultânea desta escassez e concentração de capitais.*

No Ceará, até 1893, os capitais disponíveis em circulação, ou melhor, o dinheiro que alimentava as transações mercantis era, na sua quase totalidade, do próprio comerciante ou de alguns raros particulares, que o emprestavam a juros de 1,5 a 2% ao mês (BRASIL, 1926)(5, v.2:443). Não se pode crer, portanto, que uma certa concentração do numerário e alargamento do crédito operado pelo Banco do Ceará S.A., fundado naquele ano, e pelo Banco de Pernambuco, que passara a transacionar na praça de Fortaleza também a partir daí, tenham tido maior significado, já que o grande financiador da indústria no Ceará foi, ainda por muito tempo, o comércio.

A conjuntura internacional, no intervalo em que foram instaladas as cinco primeiras fábricas de produtos de algodão no Ceará, era extremamente favorável no que diz respeito ao fornecimento de maquinaria, sobretudo pela Inglaterra. Para facilitar estas vendas, os ingleses desenvolveram um sistema de crédito que possibilitou aos brasileiros a compra de máquinas. Tem-se como exemplo disso o caso do English Bank of Rio de Janeiro, que financiava equipamento para a tecelagem. Essa importação muitas vezes não se limitava apenas às máquinas, sendo também importado todo o projeto da fábrica e as plantas arquitetônicas (MONTEIRO, 1985)(24:75).

5. CONCLUSÕES

De 1881 a 1895, foram fundadas cinco fábricas de produtos de algodão no Ceará (excluindo-se as de redes de dormir).

* Na década de 1920, outra fase de grandes investimentos na indústria de transformação cearense, foi prática comum, os maiores industriais de alguns ramos (cigarros, óleos vegetais, fiação e tecelagem, e redes) unirem seus capitais para a realização de empreendimentos, com os quais sozinhos, ou não poderiam arcar, ou encontrariam mais dificuldade de realizar. As firmas: Philomeno, Markan e Caminha Ltda.; Siqueira Gurgel, Gomes & Cia. Ltda.; Frota, Siqueira & Cia. Ltda.; e a Empresa de Fios e Redes Ltda. são expressões disto.

A primeira delas, fundada em 1881, surgiu durante o surto de investimentos em indústria têxtil algodoeira, que ocorreu no Brasil entre 1880 e 1883, e sob influência imediata da expansão econômica cearense decorrente do "boom" algodoeiro, dos gastos públicos com as consequências da seca de 1877-1879 e da intensificação do tráfico negreiro do Ceará com as províncias produtoras de café no Centro-Sul.

Como foi essa a única fábrica de tecidos a surgir no Ceará imediatamente após o término do surto algodoeiro das décadas de 1860 e 1870, e como os capitais que deram origem a tal fábrica não foram acumulados em nenhuma atividade vinculada ao algodão, pode-se concluir que aí o encerramento de tal surto teve consequências, no que diz respeito à diversificação de investimentos, bastante distintas do que ocorreu em São Paulo. Naquele Estado, os cotonicultores e comerciantes de algodão, utilizando-se de capitais acumulados no período de bons preços e altos ganhos, transformaram-se em fabricantes de tecidos. Seria necessário não esquecer que logo após a seca de 1877-1879 o algodão continuou a ser o principal produto da economia cearense.

As outras quatro fábricas foram fundadas entre 1888 e 1895, e, apesar de surgirem ainda sob influência dos desdobramentos da significativa expansão econômica ocorrida no Ceará durante as décadas de 1860 e 1870, tiveram elas, no Encilhamento e na legislação relativa às sociedades anônimas de 1890, as principais motivações de suas fundações.

Ao contrário de outras regiões brasileiras, onde essa legislação também serviu, dentro do quadro geral do Encilhamento, para a incorporação de empresas com fins meramente especulativos, no Ceará, a mesma provavelmente foi encarada, eufórica e simplistamente, como instrumento de superação dos limites impostos pela escassez de capitais e créditos para a realização de empreendimentos de certo vulto para a época e para o meio. Não seria demais lembrar que não existia Bolsa de Valores no Ceará nesta época e que somente a partir de 1893 passaram a operar no Estado dois bancos.

Das quatro firmas constituídas, entre 1890 e 1893, com o objetivo de fabricar produtos de algodão, três foram registradas, na Junta Comercial do Ceará, sob forma de sociedade anônima. Destas três firmas, duas chegaram a se concretizar, demonstrando com isto a relevância do papel da legislação de 1890 no primeiro surto de investimentos em indústria têxtil no Ceará.

QUADRO 1
Exportações de Algodão em Pluma pelo Ceará de 1855 a 1915 (continua)

Anos	Kg	Valor Oficial	P. Médio
1855-56	954.062	357:163\$200	
1856-57	904.334	369:468\$000	
1857-58	1.128.168	519:573\$280	
1858-59	1.091.375	524:658\$605	
1859-60	1.139.354	596:318\$340	
TOTAL	5.217.293	2.367:181\$425	
MÉDIA	1.043.459	473:436\$285	453
1860-61	863.479	419:810\$372	
1861-62	745.828	470:479\$800	
1862-63	646.050	659:234\$960	
1863-64	888.290	1.415:096\$280	
1864-65	1.403.261	1.776:325\$900	
TOTAL	4.546.908	4.740:947\$312	
MÉDIA	909.381	948:189\$462	1.042
1865-66	2.002.114	2.256:927\$000	
1866-67 (1)	2.380.838	2.249:267\$000	
1867-68	4.332.412	2.631:121\$000	
1868-69	4.686.300	3.648:815\$000	
1869-70	5.219.147	4.911:190\$000	
TOTAL	18.620.811	15.697:320\$000	
MÉDIA	3.724.162	3.139:464\$000	843
1870-71	7.253.893	4.033:041\$000	
1871-72	8.324.258	4.503:356\$000	
1872-73	4.970.064	3.070:378\$000	
1873-74	4.878.064	2.608:364\$000	
1874-75	5.738.090	2.599:072\$000	
TOTAL	31.164.369	16.814:111\$000	
MÉDIA	6.232.873	3.362:822\$000	539

QUADRO 1

Exportações de Algodão em Pluma pelo Ceará de 1855 a 1915 (continua)

Anos	Kg	Valor Oficial	P. Médio
1855-56	954.062	357:163\$200	
1875-76	3.749.195	1.456:223\$000	
1876-77 (seca)	3.024.638	1.163:313\$000	
1877-78 "	1.313.514	444:167\$000	
1878-79 "	628.948	283:214\$000	
1879-80 "	683.879	354:695\$000	
TOTAL	9.130.174	3.701:612\$000	
1880-81	2.071.625	945:553\$000	
1881-82	5.270.269	2.262:849\$000	
1882-83	4.345.702	1.911:289\$998	
1883-84	4.433.771	1.830:552\$200	
1884-85	3.072.190	1.300:005\$700	
TOTAL	19.193.557	8.250:249\$898	
MÉDIA	3.838.711	1.650:050\$000	429
1885-86	3.159.515	1.342:360\$000	
1886-87	9.404.515	3.431:468\$180	
1888	4.712.190	1.491:017\$380	
1889	1.670.116	560:451\$140	
TOTAL	19.446.336	6.825:297\$700	
MÉDIA	4.861.584	1.706:324\$600	350
1890(*)	2.901.823	1.334:838\$580	
1891(*)	3.245.344	1.303:878\$700	
1892(*)	2.675.443	1.338:005\$420	
1893(*)	2.636.441	1.484:132\$890	
1894(*)	2.017.237	1.170:657\$800	
TOTAL	13.476.288	6.681:513\$390	
MÉDIA	2.695.257	1.336:302\$678	495

(*) "Somente da exportação pelo porto de Fortaleza excluída a dos portos de Aracati e Camocim.

QUADRO 1

Exportações de Algodão em Pluma pelo Ceará de 1855 a 1915 (conclusão)

Anos	Kg	Valor Oficial	P. Médio
1895(*)	1.835.555	1.040:264\$100	
1896(*)	1.258.269	833:341\$805	
1897(*)	1.093.821	839:757\$720	
1898(*)	1.056.418	950:776\$200	
1899(*)	1.485.966	1.895:851\$134	
TOTAL	6.730.029	5.559:990\$959	
MÉDIA	1.346.006	1.111:998\$191	826
1900	2.088.326	2.616:094\$990	
1901	1.134.516	704:637\$970	
1902	4.786.752	2.890:894\$360	
1903	2.328.321	1.568:435\$860	
1904	3.214.318	2.526:444\$950	
TOTAL	13.472.233	10.306:508\$130	
MÉDIA	2.694.447	2.061:301\$626	765
1905	4.243.348	2.327:827\$773	
1906	3.914.472	3.361:161\$080	
1907	4.959.668	3.771:345\$410	
1908	3.006.372	2.328:996\$700	
1909	3.971.193	3.209:013\$530	
TOTAL	20.095.053	14.998:344\$493	
MÉDIA	4.019.010	2.999:668\$898	746
1910	3.043.249	3.128:019\$700	
1911	6.332.663	5.203:524\$800	
1912	7.045.907	7.045:107\$000	
1913	8.617.968	8.717:968\$000	
1914	8.829.168	7.445:736\$840	
TOTAL	33.868.955	31.540:356\$340	
MÉDIA	6.773.791	6.308:071\$268	934
1915	4.929.234	6.308:071\$268	

FONTE: BRASIL(5, v.2:153-7).

(*) "Somente da exportação pelo porto de Fortaleza excluída a dos portos de Aracati e Camocim.

QUADRO 2
Exportação de Algodão em Pluma (em Kg)

Ano	São Paulo (1)	Ceará(2)	Brasil (3)	1/3 (0/0)	2/3 (0/0)
1862	1.305	646.050	12.627.937	0,01	5,0
1863	5.040	888.290	15.750.997	0,03	5,6
1864	106.650	1.403.261	16.370.330	0,65	8,5
1865	2.898.645	2.002.114	25.049.142	11,50	8,0
1866	3.344.898	2.380.838	41.935.033	8,00	5,7
1867	8.185.973	4.332.412	37.305.603	22,00	11,6
1868	7.176.255	4.686.300	46.535.885	15,40	10,0
1869	6.142.228	5.219.147	41.039.691	15,00	12,7
1870	5.475.682	7.253.893	37.246.728	15,00	19,4
1871	10.204.610	8.324.258	42.272.934	24,00	19,7
1872	9.286.250	4.970.064	82.337.819	11,00	6,0
1873	9.283.258	4.878.064	43.738.134	21,00	11,0
1874	6.127.174	5.738.090	52.943.147	11,60	11,0
1875	4.074.965	3.479.195	42.084.838	9,7	8,3
1876	2.173.946	3.024.638	28.878.405	7,5	10,5
1877	643.074	1.313.514	*	*	*

FONTE: 1) CAMABRAVA^(1:301) apud ALBUQUERQUE^(1:42).

2) BRASIL^(5:153-7).

3) STEIN^(30:58) apud ALBUQUERQUE^(1:42).

* Dado não indicado.

Conversão 1Lb = 0,4536 kg.

QUADRO 3
Exportações de Algodão em Toneladas, Brasil — Estados Unidos

Média Anual do Período		
Quadriênio	Brasil	E.U.A.
1861-1864	14.900 (A)	4.300
1865-1868	37.700	315.800
1869-1872	50.700	258.100
1872-1876	41.900	634.600

FONTE: ALBUQUERQUE^(1:43).

(A) Neste dado computaram-se apenas as exporações de 1862-1863-1864.

QUADRO 4
Demonstrativo de Despesas Feitas no Ceará com as Secas por Conta de Diferentes Créditos para Atender as Despesas até 22 de Março de 1880

Ano	Quantia em Réis
1876/1877	100.000\$000
1877/1878	5.979.799\$040
1878/1879	21.018.449\$358
1879/1880	3.843.003\$584
Total	30.941.251\$982

FONTE: FROTA⁽¹²⁾.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALBUQUERQUE, R.H.L. de. **Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola**. São Paulo, Hucitec-CNPq, 1982.
2. ALMANAQUE DO CEARÁ, Coleção de 1873 a 1961.
3. BRASIL, Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento de 1920.
4. BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio estatístico da Província do Ceará**. Fortaleza: Typ. de B. Mattos, 1864.
5. _____. **O Ceará no centenário da independência do Brasil**. Fortaleza: Tip. Minerva, 1926. v. 1 e 2.
6. BRÍGIDO, João. **Ceará: homens e fatos**. Rio de Janeiro: Tip. Besnard Freres, 1919.
7. BRISOLLA, S. de N. **Relações pré-capitalistas na agricultura: um estudo da cultura do algodão arbóreo no Ceará**. Campinas: Dissertação de Mestrado apresentada ao DEPE - UNICAMP, 1977.
8. CANABRAVA, A. P. **O desenvolvimento do algodão na Província de São Paulo**. Tese à X Cadeira da Faculdade de Economia e Administração, 1951.
9. CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.
10. CEARÁ. Junta Comercial. **Prontuários históricos de 1890 e 1963**. s.n.t.
11. FISHLOW, A. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. In VERSIANI, F. R. & BARROS, J. R. M. de. Orgs. **Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização**. São Paulo: Saraiva, 1977.
12. FROTA, L. S. A. e. **Documentação oral e a temática da seca: estudos**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1985.
13. GIRÃO, R. **História econômica do Ceará**. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1947.
14. _____. **Pequena história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.
15. _____. **Fortaleza e a crônica histórica**. Fortaleza: EDUFC, 1982.
16. _____. **Famílias do Ceará: apontamentos genealógicos**. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1975.

17. GIRÃO, R. **Geografia estética de Fortaleza**. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1959.
18. _____. **A Abolição no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1969.
19. HIRSCHMAN, A. Os problemas do Nordeste brasileiro. In **Política econômica na América Latina**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.
20. LEFF, N. H. Underdevelopment and development in Brazil. v.i: **Economic structure and change**. 1882-1947. Londres: George Allen & Unwin, 1982.
21. LEMENHE, M. A. **Expansão e hegemonia urbana: o caso de Fortaleza**. Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UFC, 1983.
22. LUZ, N. V. **A luta pela industrialização do Brasil**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
23. MARX, K. Ilustração geral: a crise algodoeira de 1865. In **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. Livro III, vol. 4.
24. MONTEIRO, A. M. F. da C. **Empreendedores e investidores em indústria têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895: uma contribuição para o estudo do capitalismo no Brasil**. Niterói: Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da UFF, 1985.
25. MONTENEGRO, A. **Ceará: tentativa de interpretação**. Fortaleza: Tip. Rayol, 1953.
26. NOBRE, G. S. **O Ceará: energia e progresso**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1981.
27. _____. **O Processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza: SENAI/DR-CE, 1989.
28. PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976.
29. SINGER, P. I. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Nacional, 1974.
30. STEIN, S. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850-1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1978.
31. SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
32. THEÓPHILO, R. **História da seca do Ceará: 1877-1880**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.
33. _____. História das secas no Ceará. In **Revista Comercial**. Fortaleza. (352) set. 1922.

34. VERSIANI, F. R. & VERSIANI, M. T. "A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição". In VERSIANI, F. R. e BARROS, J. R. M. de (Orgs). **Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização**. São Paulo: Saraiva, 1977.
35. ZISCHKA, A. **Guerra secreta pelo algodão**. Porto Alegre: Globo, 1936.

Abstract: The main aim of this article is an outline of the factors which brought the first investment boom in the textile industry in Ceará, which occurred from 1881 to 1895. The conclusions which the article draws are the following: the cotton export boom during the 1860's and 70's, the increases in public spending during the drought of 1877-79 and the slave trade between Ceará and the southern states, particularly during the drought, were the factors responsible at a regional level; while the "Encilhamento" and the change in the law regarding joint-stock companies in 1890, were crucial at a national level.